

POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE: FUNDAMENTOS E REFLEXOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO BRASIL (1961-1964)

Suhayla Mohamed Khalil Viana¹

Resumo: Embora tivesse certo caráter de continuidade em relação às políticas implementadas em algumas das gestões anteriores, a PEI foi uma grande inovação e demonstrou seu caráter relevante ao estabelecer os princípios e as diretrizes que iriam orientar a política externa brasileira a partir dos anos 1960, predominantemente a universalização e a autonomia. Dentre os fatores que levaram à elaboração dessa política estão a criação de um novo perfil de sociedade brasileira e a existência de necessidades vinculadas ao setor externo do desenvolvimento industrial brasileiro. Seu reflexo no desenvolvimento da política externa brasileira se fez sentir, principalmente, na busca pela multiplicação de parceiros no sistema internacional e na atuação isenta de compromissos ideológicos. O presente trabalho se propõe a estudar os fundamentos da PEI e de seus reflexos na política externa brasileira dos Governos Jânio Quadros e João Goulart.

Palavras-chave: Política Externa Independente; Jânio Quadros; política externa brasileira.

Abstract: Although the Independent Foreign Policy had a character of continuity in terms of policies implemented in some of the previously governments, it was a huge innovation and showed its relevant character when established the principles and directives that will orientate the Brazilian Foreign Policy since the 1960's, predominantly the universalization and autonomy. Among the reasons that contributed to the elaboration of the policy are the creation of a new Brazilian society profile and the existence of needs linked to the foreign realm of the Brazilian industry development. Its reflex in the development of the Brazilian Foreign Policy was noticed, mainly, in the search for the multiplication of partners in the international system and in the ideological commitment free acting. This work proposes to study the fundamentals of the IFP and its reflexes in the Brazilian Foreign Policy of the Jânio Quadros and João Goulart's government.

Key words: Independent Foreign Policy; Jânio Quadros; Brazilian foreign policy.

1. Introdução

“Durante a curta e tumultuada gestão de Jânio Quadros (sete meses incompletos), as relações internacionais do Brasil sofreram uma alteração importante com a formulação da Política Externa Independente (PEI). Esta não representava uma inovação completa, na medida em que se estruturava como continuidade e aprofundamento da barganha nacionalista de Vargas e Kubitschek e da política externa dirigida para apoiar o desenvolvimento industrial. Porém, a PEI ia além e ultrapassava vacilações dos governos anteriores: apresentava um conjunto de princípios articulados, extrapolava o âmbito regional, abria perspectivas mundiais e dava à política externa um lugar de destaque na vida nacional.” (VIZENTINI, 2004: 123)

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança (PPGEST). Bolsista da CAPES.

Conforme enuncia Paulo Fagundes Vizentini, a Política Externa Independente (PEI) foi uma alteração introduzida em nossa política externa durante o Governo Jânio Quadros. É certo que essa nova política não era totalmente inédita, já que trazia em seu bojo certo caráter de continuidade em relação às políticas nacionalistas e desenvolvimentistas implementadas em algumas das gestões anteriores, que, por sua vez, foram fundamentais no lançamento das bases que levariam à PEI. Sua grande inovação e importância foi ter estabelecido os princípios e diretrizes que iriam orientar a política externa brasileira a partir dos anos 1960, dentre eles a universalização e a autonomia. A PEI foi fundamental para o estabelecimento de um novo discurso e de uma nova intenção na política externa brasileira. No entanto, sua real implementação viria a ocorrer apenas posteriormente no Governo do General Geisel, na metade dos anos 1970.

Internamente, entre os motivos que levaram à PEI, podemos elencar: a criação de um novo perfil de sociedade brasileira, havendo a emergência das massas e sua articulação, através do nacionalismo; e a existência de necessidades vinculadas ao setor externo do desenvolvimento industrial brasileiro e que geravam o seu estrangulamento, sendo a forma de superar essas dificuldades a obtenção de divisas para importação de bens de capital, a exportação de produtos primários de limitado escoamento, a sustentação de seus preços, a obtenção de investimentos e tecnologias estrangeiras (VIZENTINI, 2004:126).

No plano externo, a criação da PEI foi determinada de forma significativa pelo sistema internacional, em especial pela movimentação dos países em desenvolvimento buscando uma ação política conjunta (Conferência de Bandung²/Formalização do Diálogo Norte-Sul); pela reconstrução européia e japonesa propiciando a possibilidade de parcerias alternativas aos Estados Unidos; e pela disseminação dos princípios de “coexistência pacífica”. O equilíbrio atômico tinha tornado a guerra em larga escala improvável (OLIVEIRA, 2005:88).

O difícil panorama econômico internacional e as grandes mudanças que integravam o cenário político mundial foram, de fato, primordiais. A consolidação econômica e diplomática do campo socialista e a emergência de antagonismos dentro do próprio lado ocidental, com o impacto da Revolução Cubana, e o processo de descolonização tinham trazido o neutralismo e o não-alinhamento ao primeiro plano do cenário internacional, ao lado da competição cada

² A Conferência de Bandung foi realizada em abril de 1955 e reuniu líderes de diversos Estados asiáticos e africanos. Teve como objetivo a formulação de uma cooperação econômica e cultural afro-asiática, como forma de oposição ao que era considerado o neo-colonialismo representado principalmente pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Foi lançado, nesta conferência, o princípio político do “não-alinhamento” frente às superpotências (Terceiro Mundismo). No lugar de uma divisão Leste-Oeste de mundo, Bandung enfatizou o conceito de bi-partição Norte-Sul.

vez mais acirrada entre as duas superpotências pela preeminência tecnológica e pela influência política junto às jovens nações independentes.

A aliança especial com os Estados Unidos deixa de constituir um alinhamento automático, como costumava ocorrer, sobretudo, devido aos elementos ideológicos vinculados à Guerra Fria e, mais do que nunca, é pensada em termos de vantagens econômicas a serem barganhadas. Dessa forma, a diplomacia brasileira começa a revisar seus fundamentos e linhas de atuação, em especial no que se refere ao tradicional apoio emprestado ao colonialismo português na África e à recusa do relacionamento econômico-comercial com os países socialistas. Nesse mesmo período, começa-se a vislumbrar uma nova divisão do mundo, Norte-Sul, entre países avançados e países subdesenvolvidos. Personalidades que possuíram destaque como formuladores dessa nova política foram políticos relativamente tradicionais, como Afonso Arinos e San Tiago Dantas, e alguns diplomatas inovadores, tais como Araújo Castro (ALMEIDA, 1999:58).

2. Os fundamentos da PEI e o Governo Jânio Quadros (31/01/1961 a 25/08/1961)

Jânio Quadros assumiu a presidência da República em 31 de janeiro de 1961, cargo que ocuparia por apenas sete meses, tendo como seu ministro das Relações Exteriores Afonso Arinos de Melo Franco. Jânio preconizava uma Política Externa Independente e, entre os reflexos que essa política assumiu em nossas relações exteriores, estão o pedido de providências de Jânio ao Itamaraty para que fossem reatadas as relações com a URSS e a oposição brasileira a qualquer tipo de intervenção estrangeira em Cuba. Essa mudança na política externa brasileira também levou a que fossem abertas novas Embaixadas brasileiras na África, em países como Senegal, Costa do Marfim, Nigéria e Etiópia, e ao restabelecimento de relações diplomáticas com a Hungria e a Romênia, rompidas desde Segunda Guerra Mundial (GARCIA, 2005:183-184).

Uma característica marcante da política externa desse período foi que Jânio, juntamente com seu chanceler, tornaram as relações internacionais e a política externa um assunto público. Foi uma mudança radical em um país em que os assuntos internacionais ficavam restritos ao ambiente profissional diplomático do Itamaraty, sempre muito cauteloso e discreto na condução da política externa brasileira (WROBEL, 1993:5).

Em seu artigo “Nova Política Externa do Brasil”, publicado na Revista Foreign Affairs, Jânio Quadros lança os fundamentos da Política Externa Independente. O então Presidente entendia que o Brasil estava ganhando força no cenário econômico mundial. Apontava como pontos fortes do País suas proporções continentais, equivalente a quase metade da América do

Sul, sua proximidade em relação à África e a miscigenação de sua população, de raízes indígenas, européias e africanas, e que, à época, estava prestes a atingir a marca de 100 milhões de habitantes, além da rápida industrialização de algumas regiões do País. Esses elementos, na perspectiva de Jânio, nitidamente faziam prever a nossa transformação em uma potência econômica. Sua intenção era proporcionar ao Brasil a posição a que este fazia jus no concerto das nações (FRANCO, 2007:27).

No entanto, apesar da indubitável importância brasileira no plano internacional, para Jânio, em termos de política externa, nós havíamos errado ao abandonar a diplomacia subsidiária. Ia mais além ao expor que o Brasil não poderia perder de vista seus objetivos, mas, pelo contrário, deveria evitar qualquer maneira de prejudicá-los, submetendo-se a políticas que, embora em consonância com ideais remotos, não satisfaziam naquele momento nossos verdadeiros interesses (QUADROS, 1961).

Dessa forma, a implantação da política externa independente representava uma ruptura no processo de definição de nossa política externa vigente até então. A PEI teve como objetivo redirecionar a política externa, deslocando-a do eixo norte-americano, e inserindo-a em um contexto mais internacional. Ainda que considerasse que o campo natural de atuação da política externa seria o espaço regional, passa-se a cristalizar a percepção de que a presença hegemônica dos Estados Unidos impunha constrangimentos e que, em consequência, a saída seria a *universalização* da política externa, isto é, a multiplicação de contatos internacionais e a diminuição das possibilidades de pressão hegemônica. Alguns autores, como Clodoaldo Bueno e Amado Cervo, entendem que esse afastamento em relação aos Estados Unidos significou um aspecto negativo da PEI, já que o Brasil não poderia simplesmente prescindir da colaboração norte-americana, e as relações com a União Soviética apresentavam poucas vantagens econômicas em virtude do pequeno volume de seu comércio com o Brasil (CERVO; BUENO, 2008:311).

Como já mencionado, embora fosse uma política nova, as bases da PEI remontavam às políticas implementadas pelos governos anteriores. Nesse sentido, a Operação Pan-americana (OPA) de JK teve papel relevante, pois mais uma vez se pôde constatar que uma relação especial com os Estados Unidos estava longe de ser viável, já que as divergências existentes entre os interesses do Estado brasileiro, voltado precipuamente para a busca de desenvolvimento econômico, e os interesses dos Estados Unidos, em sua preocupação com a manutenção da segurança internacional, eram demasiadamente profundas.

Um dos pontos altos da PEI foi a forte crítica à bipolaridade, considerada como fator de constrangimento quanto às possibilidades de desenvolvimento, uma vez que implicava um

desvio de recursos para a manutenção das capacidades militares e inviabilizava seu direcionamento para projetos de desenvolvimento. Procurou-se negar a existência de fronteiras ideológicas e incentivar a multiplicação de parcerias. O conceito de *autonomia* apregoado se refere exatamente a essa perspectiva de não enquadramento às diretrizes ideológicas da Guerra Fria. Uma vez localizado no campo de hegemonia de uma das superpotências do sistema bipolar internacional, o Brasil tinha limites impostos às suas ações diplomáticas. Uma das maneiras de ampliar sua autonomia seria, portanto, afastar-se do campo hegemônico, por meio da universalização da política externa.

A PEI defendia fundamentalmente que a diplomacia deveria passar a refletir o interesse nacional brasileiro em vez de uma diplomacia alinhada a interesses alheios, uma política externa que fosse determinada de acordo com os interesses nacionais, ou seja, formulada de dentro para fora, e não de fora para dentro.

Com o crescimento industrial observado no Governo Kubitschek, havia a necessidade de abertura de novos mercados que pudessem consumir as produções superiores às necessidades internas. Jânio Quadros entendia que os países em desenvolvimento constituíam um excelente mercado para esses produtos, enfatizando a possibilidade de instauração de maior aproximação não só política, como também econômica, com vistas a uma complementaridade que reforçasse os esforços conjuntos para a superação do subdesenvolvimento. Nesse sentido, ganhavam destaque a América Latina e as ex-colônias da Ásia e África. Jânio solicitou, então, providências ao Itamaraty: constituir um grupo de trabalho com o objetivo de preparar a representação diplomática brasileira nos novos Estados Africanos; e elaborar a política brasileira naquele continente, que devia ser reexaminada em todos os seus aspectos, sobretudo no político, no econômico e no cultural (OLIVEIRA, 2005:93).

O Brasil advogava a necessidade de uma revisão radical da então atual estrutura institucional do comércio internacional. Considerava-se que o subdesenvolvimento era o principal desafio do mundo pós-guerra e que seria vital, para o próprio interesse nacional, um esforço global voltado para a aceleração da taxa de crescimento econômico das nações subdesenvolvidas. A preocupação era ainda maior devido à contínua ampliação da discrepância dos graus de riqueza entre os povos. O Brasil passou, então, a defender no plano internacional a liquidação das colônias remanescentes e a reconhecer a validade da “Declaração de Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais”, aprovada pela ONU, em 1960, em que se condenavam os colonialismos de qualquer tipo e se apoiavam os processos de descolonização.

A importância da diversificação de parceiros na política externa brasileira fica clara neste trecho do artigo de Jânio Quadros:

“É inegável que temos outros pontos em comum com a América Latina em particular, e com os povos recentemente emancipados da Ásia e África, que não podem ser ignorados porque se encontram nas bases do reajustamento da nossa política, e sobre eles convergem muitas das linhas principais do desenvolvimento da civilização brasileira. Se é verdade que não podemos relegar nossa devoção à democracia a um lugar secundário, não é menos verdade que não podemos repudiar laços oferecendo grandes possibilidades para a complementação nacional. (...) O fato comum a todos eles é o de que nossa situação econômica coincide com o dever de formar uma frente unida na batalha contra o subdesenvolvimento e todas as formas de opressão. (...) O desenvolvimento é um objetivo comum ao Brasil e às nações com as quais procuramos ter relações mais íntimas e a rejeição do colonialismo é o corolário inevitável e imperativo dessa meta. (...) ...consideramos de primeira importância o futuro do sistema regional interamericano. O crescimento da América Latina, como um todo, e o resguardo da soberania de cada nação do Hemisfério são as pedras fundamentais de uma política continental, no entender do Governo brasileiro.” (QUADROS, 1961)

No que diz respeito à África especificamente esse novo posicionamento de política externa brasileira esbarrava em uma contradição: o Brasil continuava a apoiar ostensivamente os interesses portugueses no processo de descolonização africano³, sob a justificativa de fatores históricos que teriam gerado seculares laços de amizade entre Brasil e Portugal, o que cada vez mais se tornou um entrave ao estreitamento das relações com as nações africanas. Nesse quesito, Jânio Quadros é bem taxativo em seu discurso. É preciso rever nosso posicionamento no que diz respeito à descolonização africana e abandonar de uma vez por todas o apoio que vinha sendo dado a Portugal.

“Por muitos anos o Brasil fez o erro de apoiar o colonialismo europeu nas Nações Unidas. Essa atitude – que somente agora começa a desaparecer - deu lugar a uma justificada desconfiança quanto à política brasileira. Nossas relações fraternais com Portugal influíram na complacência demonstrada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil nesse assunto. Portanto tudo conduz a uma necessária mudança de posição com respeito ao colonialismo, que, sob todos os seus disfarces - mesmo os mais transparentes - enfrentará de agora em diante a oposição determinada do Brasil.” (QUADROS, 1961)

É importante ressaltar que a busca por novos mercados reforça mais uma vez o caráter de isenção ideológica dessa nova política externa. Os interesses nacionais deveriam se sobrepor a qualquer questão doutrinária:

³ A política externa brasileira vivia uma contradição. Se bem o Brasil houvesse votado a favor da *Declaração da Independência dos Povos*, permanecia fiel ao apoio a Portugal quanto à manutenção de suas colônias na África. Ver: Letícia Pinheiro, “Brasil, Portugal e descolonização africana (1946-1960)”. In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 91-111, 1989.

“Sairemos à conquista desses mercados; em casa, na América Latina, na África; na Ásia, na Oceânica, em países sob a democracia e naqueles que se uniram ao sistema comunista. Os interesses materiais não conhecem doutrina e o Brasil está atravessando um período em que sua própria sobrevivência como nação, ocupando uma das áreas mais extensas e privilegiadas do globo, depende da solução dos seus problemas econômicos.” (QUADROS, 1961)

O desarmamento era o outro grande tema da nova política externa. Na realidade, o desarmamento vinha sendo um objetivo clássico das nações fracas, situadas fora dos principais centros de poder e prestígio internacional. Baseado em um discurso de política externa fundado em uma alegada tradição pacífica em negócios exteriores dentro de uma região particularmente pacífica do mundo, o Brasil, junto com os outros membros da região, pretendia construir um mecanismo que permitisse o desarmamento e o controle de armamentos no continente. O objetivo era ligar essas medidas regionais às medidas globais de controle de armamentos, de modo a avançar rumo a um "desarmamento geral e completo", que significava o desarmamento tanto convencional como nuclear dos dois blocos liderados pelas superpotências. Esse aspecto compunha as reivindicações de que menos recursos fossem gastos com armamentos para que, assim liberados, pudessem ser investidos em programas de desenvolvimento (WROBEL, 1993:6-7).

Podemos sintetizar os fundamentos da PEI como: mundialização das relações internacionais do Brasil, correspondendo ao alargamento de seus horizontes, que deixam de estar restritos às Américas e à Europa Ocidental; atuação isenta de compromissos ideológicos; ênfase na segmentação do mundo entre Norte-Sul e não Leste-Oeste; busca de ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais; desejo de participação nas decisões internacionais; luta pelo desenvolvimento, pela paz e pelo desarmamento; adoção de posicionamento fortemente contrário à realização de experiências nucleares; adoção dos princípios da autodeterminação dos povos e da não intervenção (CERVO; BUENO, 2008:311-312).

3. O Governo João Goulart (07/09/1961 a 31/03/1964)

Durante viagem de João Goulart à China como chefe de missão comercial, Jânio Quadros renunciou à presidência da República. Foi adotado o sistema parlamentarista e João Goulart assumiu então o governo, tendo Tancredo Neves como primeiro-ministro e San Tiago Dantas como ministro das Relações Exteriores. A ascensão de Goulart ao poder foi recebida com desconfiança nos Estados Unidos.

O mandato de João Goulart se dividiu em duas fases: o parlamentarismo híbrido e o presidencialismo. No entanto, durante esses dois períodos a concepção da política externa se manteve uniforme durante os quase três anos de seu governo e se caracterizou pela continuidade da PEI, levantando temas que viriam a ser retomados pelo pragmatismo responsável, durante o Governo Geisel. Uma mudança que pôde ser verificada em relação ao governo de Jânio Quadros, no entanto, é que a PEI adquiriu um sentido mais realista e profissional, sob a chefia de San Tiago Dantas e de Araújo Castro (ALBUQUERQUE, 1996:302).

San Tiago Dantas entendia que a política exterior do Estado integrava sua política geral em busca do desenvolvimento econômico e da reforma social. Dessa forma, a ampliação do mercado externo para os produtos brasileiros deveria constituir uma das principais preocupações da PEI, vista como necessária para aumentar a capacidade de importação do País e atender o imperativo de aumentar nosso produto nacional bruto. Considerava também que o pan-americanismo era “um instrumento de luta pela emancipação econômica e social das nações deste hemisfério”. Aos países americanos propunha um relacionamento igualitário, sem a instituição de blocos ou preferências. Com relação à Argentina, especificamente, San Tiago Dantas sugeria um relacionamento de cooperação mais próxima (CERVO; BUENO, 2008:329).

Ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, San Tiago Dantas encontra um clima nada favorável ao reatamento das relações diplomáticas com Moscou, interrompidas desde o governo Dutra. Depois do fracasso em Cuba, em 1961, com os Estados Unidos tendo rompido relações diplomáticas com esse país, enquanto Fidel Castro anunciava seu alinhamento com o bloco socialista, temia-se uma radicalização social no Brasil, considerado pelo governo norte-americano como estratégico no continente. Ademais, no plano interno, foi preciso enfrentar a oposição que, apoiada num anticomunismo, colocava-se contra o restabelecimento de relações com a URSS. Apesar dessa situação, em 23 de novembro de 1961, apoiado nos interesses nacionais, Dantas logra o reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética.

O Brasil também se pronunciou de forma contrária às sanções impostas ao governo cubano e se recusou a apoiar a invasão a Cuba, proposta pelo presidente Kennedy. Por outro lado, criticou abertamente o regime político cubano e atuou, a pedido dos Estados Unidos, como mediador junto a Havana, tornando pública a preocupação brasileira com a instalação de mísseis soviéticos na ilha. Em relação a Cuba, o Brasil entendia necessária a proposição de opções econômicas e políticas, evitando que Fidel tomasse o rumo do comunismo soviético ao sentir-se sem alternativas (BARBOSA, 2007:131).

Em dezembro de 1962, destacou-se a criação do Grupo de Coordenação do Comércio com os Países Socialistas da Europa Oriental (COLESTE) e o decreto que estabeleceu medidas para a formação da Zona de Livre Comércio, instituída pela Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), organização nascida com o Tratado de Montevidéu, em 1960.

O chanceler Araújo Castro, em seu discurso de posse, expôs com clareza os princípios fundamentais desta política externa independente: 1) direito de cada povo à independência e ao desenvolvimento; 2) direito de cada povo a manter relações com os demais povos da terra, sem discriminação de qualquer natureza; 3) autodeterminação dos Estados e não intervenção; 4) reconhecimento das comunidades e organizações jurídicas internacionais, como imposição da interdependência técnica, econômica, cultural; e 5) defesa intransigente da paz, desarmamento e proibições das armas atômicas (ALTEMANI, 2005:94).

4. Conclusão

A política externa brasileira não se mostrou estática através dos tempos, pelo contrário, sofreu alterações que resultaram na criação de novos paradigmas de forma a se adaptar às mudanças na conjuntura interna – política e interesses de seus nacionais – e externa – sistema internacional. Por meio do Barão do Rio Branco, figura proeminente na constituição de nossa política externa, tem-se a instituição do *americanismo*. Paradigma este que regularia e definiria a política externa brasileira por muito tempo, seja pelo alinhamento automático ou pelo pragmatismo.

O *americanismo* imperou até meados do século XX e implicou a busca constante por relações especiais com os Estados Unidos através de investimentos e financiamento do desenvolvimento brasileiro. O que, na maior parte do tempo, não gozou de reciprocidade norte-americana, sobretudo após o fim da Segunda Guerra, em que se estabelece um Sistema Bipolar e a prioridade dos Estados Unidos se volta completamente para os aspectos estratégicos e de segurança, numa ânsia por conter o avanço do comunismo.

A *universalização* da política externa brasileira tem lugar com a implementação da PEI, que representou uma ruptura no processo de definição da política externa brasileira. Seu objetivo foi redirecionar nossa política externa, deslocando-a do eixo norte-americano para uma inserção mais internacional. Ao pregar a *autonomia* e a *universalização*, a grande inovação dessa política foi colocar em primeiro plano os interesses brasileiros e sobrepô-los às questões ideológicas da Guerra Fria. Desse modo, a presença hegemônica dos Estados Unidos deveria ser substituída por uma política externa de multiplicação de contatos internacionais. O mais importante e o que deveria ser priorizado era o desenvolvimento, pois

o subdesenvolvimento era visto como o principal desafio do mundo pós-guerra e que seria necessário, para o próprio interesse nacional, um esforço em termos globais com vistas à aceleração da taxa de crescimento econômico das nações subdesenvolvidas.

Cumprir ressaltar que a PEI foi de extrema importância por ter estabelecido as bases que possibilitaram alterações na estrutura da política externa. O enfoque não era apenas econômico, mas de expressão eminentemente política. Ali nasce a consciência de que os países da América Latina, África e Ásia compartilhavam certas condições básicas, como o subdesenvolvimento, as deficiências internas, os desequilíbrios econômicos e sociais, e que suas relações não deveriam ser intermediadas pelas grandes potências. Era preciso se unir contra um sistema internacional injusto.

Embora tenha se mostrado mais um discurso, uma intenção, durante o Governo Jânio Quadros e mesmo no de João Goulart, e que pouco de concreto haja sido elaborado, a PEI merece papel de destaque no estudo das relações exteriores do Brasil, uma vez que foi determinante em traçar as bases da política externa que seria majoritariamente seguida nos governos seguintes.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon Albuquerque. *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): Crescimento, modernização e política externa*. Volume 1. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Estudo das Relações Internacionais do Brasil*. São Paulo: Unimarco Editora, 1999.
- BARBOSA, C. A. Leite. *Desafio inacabado: a política externa de Jânio Quadros*. São Paulo: Editora Atheneu, 2007.
- CERVO, Amado Luiz; e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- FRANCO, Álvaro da Costa. *Documentos da Política Externa Independente*. Brasília: Editora FUNAG, 2007.
- GARCIA, Eugênio Garcia. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2005.
- MALAN, Pedro. "Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)" In: FAUSTO, Boris. (org.). *O Brasil Republicano, economia e cultura*. São Paulo, Difel (História Geral da Civilização Brasileira, vol.: 11), 2ª edição, 1986.
- OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira*. São Paulo : Saraiva, 2005.
- PINHEIRO, Letícia. Brasil, Portugal e descolonização africana (1946-1960). In: *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, n. 9, p. 91-111, 1989.
- QUADROS, Jânio. Artigo "Nova Política Externa do Brasil", publicado originariamente na revista *Foreign Affairs*. Disponível em <<http://www.historia.uff.br/nec/textos/docbrs03.pdf>>, em 29/09/2008.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil (1945-1964): O nacionalismo e a política externa independente*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.
- WROBEL, Paulo S. "Aspectos da política externa independente: a questão do desarmamento e o caso de Cuba". In: *Revista Estudos Históricos*. Globalização - nº 12 - 1993/2.